

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Aos Acionistas, em 2010 foram realizadas ações que marcaram a evolução e reforçaram a sustentabilidade do projeto, que contou com um importante marco regulatório e comercial materializado na assinatura do Acordo de Integração Energética entre Peru e Brasil em 18 de junho de 2010. Foi dado um importante passo pela empresa na data de 07 de outubro de 2010, quando entregamos os estudos de viabilidade do projeto ao Ministério de Energia e Minas do Peru e cumprimos junto ao governo peruano com todos os requisitos da concessão temporal, obtendo a preferência para a implantação do projeto Inambari. Adicionalmente ao nosso escritório na área de influência do projeto, localizado na localidade de Mazuco, inauguramos o escritório do Lima, intensificando nossas atividades e presença no Peru. Foi também neste ano que intensificamos o programa de comunicação para divulgação dos

efeitos do projeto, através de ações que ajudaram a esclarecer as dúvidas mais frequentes dos moradores da região. O projeto Inambari é desenvolvido sob o conceito da sustentabilidade, com ações socioambientais que resultaram em melhoria na qualidade de vida da população beneficiada na área de influência, em avanços na infra-estrutura local, geração de energia limpa e renovável, impulsionando o desenvolvimento econômico e fomentando a integração energética entre países vizinhos através da conexão dos sistemas interligados Peruano e Brasileiro. São grandes os desafios a enfrentar neste projeto de integração Sul Americana e seguiremos com o mesmo afinco em todas as atividades desenvolvidas, as quais irão resultar em benefícios para os acionistas, para a população diretamente beneficiada e para as economias do Brasil e do Peru. Agradecemos a todos os nossos acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros, peruanos e brasileiros, pelo apoio e confiança. **A Administração**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>	2.745	2.356	22	4.154
Caixa e equivalente de caixa	2.674	2.325	22	3.963
Adiantamentos de despesas	11	2	11	2
Impostos a recuperar	60	29	60	29
Outros créditos	-	-	120	111
<b>Não circulante</b>	27.142	22.885	1.925	25.892
Impostos a recuperar	-	-	2.357	1.499
Investimentos	13.810	12.370	291	-
Imobilizado	11.867	9.050	87	22.070
Intangível	1.465	1.465	1.548	1.465
<b>Total do ativo</b>	<b>29.888</b>	<b>25.242</b>	<b>1.947</b>	<b>30.046</b>

	2010		2009	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	(2.856)	-	(425)	-
Com pessoal	(506)	(563)	(338)	(338)
Honorários	(979)	(1.152)	(1.486)	(1.621)
Ocupação	(152)	(396)	(136)	(234)
Depreciação e amortização	(31)	(32)	(43)	(43)
Resultado financeiro líquido	442	390	34	(58)
Impostos e taxas	(36)	(39)	(67)	(67)
Serviços prestados pessoa jurídica	(367)	(2.380)	(226)	(226)
Viagens	(677)	(861)	(215)	(215)
Outras despesas operacionais	(328)	(456)	(153)	(153)
<b>Prejuízo operacional</b>	<b>(5.490)</b>	<b>(5.490)</b>	<b>(2.956)</b>	<b>(2.956)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(5.490)</b>	<b>(5.490)</b>	<b>(2.956)</b>	<b>(2.956)</b>
Prejuízo por ação ao final do exercício	(0,14)	-	(0,10)	-
Quantidade de ações ao final do exercício	40.107.459	-	28.217.435	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>	1.009	2.418	1.608	1.167
Fornecedores	307	2.197	-	397
Obrigações sociais e fiscais	81	179	-	125
Provisões de obrigações trabalhistas	37	17	-	37
Partes relacionadas	562	25	-	562
Outras contas a pagar	22	-	1.608	46
<b>Não circulante</b>	-	-	-	-
Créditos com acionistas	-	-	860	-
<b>Patrimônio líquido</b>	28.879	22.824	(521)	28.879
Capital social	40.107	28.217	539	40.107
Ajuste acumulado de conversão	(1.722)	(1.378)	-	(1.378)
Prejuízos acumulados	(9.506)	(4.016)	(1.060)	(9.506)
<b>Total do passivo</b>	<b>29.888</b>	<b>25.242</b>	<b>1.947</b>	<b>30.046</b>

	2010		2009	
	Capital social	Ajuste de conversão	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>	539	-	(1.060)	(521)
Aumento de capital conforme AGE/O	27.678	-	-	27.678
Perdas em investimentos	-	(1.378)	-	(1.378)
Prejuízo do exercício	-	-	(2.956)	(2.956)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	28.217	(1.378)	(4.016)	22.824
Aumento de capital conforme AGE/O	11.890	-	-	11.890
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	-
Perdas em investimentos	-	(344)	-	(344)
Prejuízo do exercício	-	-	(5.490)	(5.490)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	40.107	(1.722)	(9.506)	28.880

	2010		2009	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Prejuízo do exercício</b>	(5.490)	(5.490)	(2.956)	(2.956)
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido com o caixa das atividades operacionais</b>				
Despesa com equivalência patrimonial	2.856	-	425	-
Depreciação e amortização	31	32	43	43
Provisões de férias e 13º salário e encargos	-	-	17	17
<b>Prejuízo ajustado</b>	<b>(2.603)</b>	<b>(5.458)</b>	<b>(2.471)</b>	<b>(2.896)</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais</b>				
Adiantamentos de despesas	(9)	(9)	(2)	(2)
Impostos a recuperar	(31)	(889)	(29)	(1.483)
Outros créditos	-	(9)	-	(111)
Fornecedores	(1.890)	(1.800)	2.197	2.197
Partes relacionadas	537	537	25	25
Obrigações sociais e fiscais	(98)	(54)	179	179
Provisões de obrigações trabalhistas	21	21	-	-
Outras contas a pagar	20	(69)	(1.608)	(1.494)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(4.053)</b>	<b>(8.073)</b>	<b>(1.710)</b>	<b>(3.610)</b>
<b>Atividades de Investimento</b>				
Aquisição de investimentos	(4.640)	-	(13.882)	-
Aquisição de imobilizado	(2.848)	(5.255)	(42)	(42)
Aquisição de intangível	-	-	(8.881)	(17.801)
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(11.541)</b>	<b>(13.328)</b>	<b>(24.515)</b>	<b>(21.453)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Integralização de capital	11.890	11.890	27.678	27.678
Créditos com acionistas	-	-	(860)	(860)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>11.890</b>	<b>11.890</b>	<b>26.818</b>	<b>26.818</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>349</b>	<b>(1.438)</b>	<b>2.303</b>	<b>5.365</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>2.325</b>	<b>5.401</b>	<b>22</b>	<b>36</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>2.674</b>	<b>3.963</b>	<b>2.325</b>	<b>5.401</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>349</b>	<b>(1.438)</b>	<b>2.303</b>	<b>5.365</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2010 - Em R\$, exceto quando mencionado**

1. Contexto operacional: A Inambari Geração de Energia S.A. (Companhia), constituída em 12/05/08, é uma Sociedade Anônima de capital fechado e tem como objeto social a participação no desenvolvimento nos estudos de viabilidade técnico-econômica, implantação e exploração do aproveitamento Hidroelétrico Inambari, no Rio Inambari, no Peru, e do Sistema de Transmissão Associado, incluindo o projeto de exportação de energia do Peru ao Brasil. Em 16/06/10, Brasil e Peru assinaram o Acordo Internacional de Integração Energética, visando estabelecer um marco regulatório e o compromisso para desenvolvimento de projetos de geração hidrelétrica em território peruano atendendo demanda no mercado peruano e a exportação de energia ao Brasil. A Usina Hidrelétrica de Inambari se beneficiará dos alcances nele estabelecidos. A Companhia detém uma subsidiária no Peru denominada EGASUR - Empresa de Generación Eléctrica Amazonas Sur S.A.C., ainda em fase pré-operacional, que cumpriu com os requisitos da Concessão Temporal com a entrega Estudo Preliminar de Viabilidade Técnica Ambiental e Econômica ao Ministério de Energia e Minas em 07/10/2010, obtendo assim o direito e preferência de construção da UHE caso apresente a solicitação de Concessão Definitiva. O próximo passo após o cumprimento dos requisitos da Concessão Temporal é a entrega do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que está em fase de finalização, devendo estar disponível para avaliação dos Órgãos Competentes ainda no exercício de 2011. O Governo Peruano fará comentários a cerca do EIA apresentado, e a Companhia poderá solicitar a Concessão Definitiva, que está prevista a ocorrer dentro do exercício de 2011. A continuidade operacional da Companhia e da sua controlada está condicionada à obtenção da Concessão Definitiva. Os estudos de viabilidade demonstram capacidade instalada para esta Usina de 2.200MW, e a uma linha de transmissão associada para integração desta ao Brasil, sendo assim este projeto integrará o Brasil ao Peru, fator que é de grande interesse ao desenvolvimento da região Amazônica Peruana e Brasileira. A Companhia e sua controlada estão incorrendo em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto do aproveitamento Hidroelétrico do Rio Inambari, os quais de acordo com as projeções financeiras deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização dos ativos imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos, dar-se-á a partir do início das operações. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2011. 2. **Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 2.1. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. (a) **Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*. Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs e IFRS pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs/IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, estão apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas. 2.2. **Consolidação:** (a) **Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada EGASUR - Empresa de Generación Eléctrica Amazonas Sur S.A.C. mencionada na nota explicativa 1, tendo sido preparadas de acordo com os seguintes princípios críticos: • Eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas. • Eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, da empresa investida. (b) **Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora. 2.3. **Conversão de moeda estrangeira:** (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda da principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia. (b) **Transações e saldos:** Transações e saldos em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizam para a moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, sendo convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de Ajuste Acumulado de Conversão. As demonstrações financeiras da controlada no exterior são ajustadas às práticas contábeis aplicadas no Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. 2.4. **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras são investimentos de curto prazo e alta liquidez prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, sem data de vencimento. 2.5. **Investimentos:** O investimento em sociedade controlada e coligada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecimento do resultado do exercício como despesa operacional. No caso de investimentos em sociedades individuais da controladora com participação diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste acumulado de conversão", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. Neste contexto, as demonstrações financeiras da controlada expressas em Nuevos soles em 31/12/10 e 31/12/09 foram convertidas pela taxa de câmbio oficial de R\$ 0,5938 e R\$ 0,6029, respectivamente, para 1 Nuevo Sol, exceto pelo patrimônio líquido que foi convertido pela taxa histórica e o resultado pela taxa média. 2.6. **Ativo imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa 6 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. 2.7. **Intangível:** O ágio (*goodwill*) é reconhecido quando o valor pago excede o valor justo de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. 2.8. **Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos imobilizados e intangíveis têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor. 2.9. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa e investimentos. Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, sendo os ganhos e perdas decorrentes de sua valorização ou desvalorização, reconhecidos diretamente no resultado do exercício. 2.10. **Ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Estão apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os valores de realização esperados em períodos futuros, reconhecidos e os encargos financeiros. Os ganhos e as perdas de acordo com os respectivos termos contratuais ou índices próprios pactuados. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e provável que um recurso econômico seja requerido para saldar as obrigações. As provisões são registradas por competência e tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido no negócio. 3. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a administração faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. 4. **Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor - (a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos iniciais em 1º/01/11, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. • IAS 24 Revisada do (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º/01/11. A aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida. A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações entre o governo e outras entidades relacionadas do governo. A Companhia aplicará a norma revisada a partir de 1º/01/11. Quando a norma revisada é aplicada, a Companhia e a controlada precisarão divulgar quaisquer transações entre suas controladas e coligadas. A Companhia está atualmente operando sistemas apropriados para captar as informações necessárias. Portanto, não é possível, neste estágio, divulgar o impacto, se houver, da norma revisada sobre as divulgações de partes relacionadas. (b) **Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não são relevantes para as operações da Companhia:** As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º/01/11, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Entretanto, a Companhia está analisando a aplicabilidade e a relevância para suas operações. Apresentamos a seguir uma lista de normas/interpretações emitidas e que estão em vigor para períodos após 1º/01/10.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
<b>IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros"</b>				
Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.				
<b>IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"</b>				
Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.				
<b>IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas"</b>				
Esclarece que as consequentes alterações a partir do IAS 27 feitas no IAS 21 - "Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio", IAS 28 - "Investimentos em Coligadas" e IAS 31 - "Participações em Joint Ventures", aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 1º/06/09, ou antes dessa data, quando o IAS 27(R) é aplicado antecipadamente.				
<b>IAS 34 - "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários"</b>				
Oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de: <ul style="list-style-type: none"> <li>• circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação;</li> <li>• transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo;</li> <li>• mudanças na classificação dos ativos financeiros; e</li> <li>• mudanças nos passivos e ativos contingentes.</li> </ul>				

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Caixa	34	1	35	1
Bancos conta movimento	-	407	1.288	3.483
Aplicação financeira	2.640	1.917	2.640	1.917
<b>Total</b>	<b>2.674</b>	<b>2.325</b>	<b>3.963</b>	<b>5.401</b>

As aplicações financeiras são representadas por títulos de renda fixa pré-fixados com liquidez imediata em Certificados de Depósitos Bancários - CDB sem vencimentos determinados. O seu valor contábil corresponde ao valor de mercado. 6. **Impostos a recuperar:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
<b>Circulante</b>				
IRRF sobre aplicação financeira	60	29	60	29
<b>Não circulante</b>				
IGV - Imposto General a las Ventas (*)	-	-	2.357	1.499
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>29</b>	<b>2.417</b>	<b>1.528</b>

(\*) Imposto incidente sobre o consumo de bens e serviços de sua controlada com uma alíquota de 19%, segundo o sistema de débito/crédito: o IGV pago nas aquisições poderá ser compensado contra o IGV apurado nas vendas futuras. Como a EGASUR ainda não possui receita, os valores não podem ser compensados, ficando acumulados na conta de Impostos a Recuperar, a serem apurados após início das operações da subsidiária. 7. **Investimentos - Controladora: (i) Informações sobre investimento:**

	Quantidade de ações		Participação direta%	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Empresa de Generación				
Eléctrica Amazonas Sur S.A.C.	28.516.474	21.175.957	1.570.000	100%
<b>Resultado</b>				
<b>Patrimônio líquido</b>				
31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	

**Circulante**  
Empresa de Generación  
Eléctrica Amazonas Sur S.A.C. (2.856) (425) 13.810 12.370  
(ii) **Movimentação dos investimentos em controlada**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
<b>Saldo inicial</b>			12.370	291
<b>Aumentos de capital</b>			4.640	13.882
<b>Ajuste acumulado de conversão</b>			(344)	(1.378)
<b>Equivalência patrimonial</b>				

12. **Patrimônio Líquido:** (a) **Capital social:** Em 31/12/10, o capital social da Companhia subscrito é composto por 40.107.459 ações (35.729.459 ações em 31/12/09), ordinárias e com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Descrição	30/12/10	31/12/09	1º/01/09
Capital social subscrito	40.107	35.729	9.000
Capital social a integralizar	-	7.512	-
A composição acionária da Companhia em 31/12/10 está apresentada conforme abaixo descrito:			
<b>Composição acionária</b>	<b>Quantidade de ações</b>	<b>Participação - %</b>	
Construtora OAS Ltda.	20.454.804	51,00	
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	11.791.593	29,40	
Furnas Centrais Elétricas S.A.	7.861.062	19,60	
	<u>40.107.459</u>	<u>100,00</u>	

A Companhia subscreveu e integralizou R\$ 4.378 mediante a emissão de 4.378.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, fixado com base na perspectiva de rentabilidade da Companhia, passando o capital social da Companhia de R\$ 35.729 para R\$ 40.107, dividido em 40.107.459 ações, ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(b) **Ajustes acumulados de conversão:** Os investimentos na subsidiária em moeda estrangeira foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço, gerando ajustes de variação cambial passiva de R\$ 343, levando ao acumulado de R\$ 1.722 (R\$ 1.378 em 31/12/09), registrado no patrimônio líquido.

13. **Resultado financeiro líquido:**

Descrição	31/12/10		31/12/09	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita de aplicações - CDB	450	450	146	146
Outras receitas	-	-	1	1
	<u>450</u>	<u>450</u>	<u>146</u>	<u>146</u>
Encargos financeiros	(8)	(19)	(13)	(13)
Outras despesas	-	(60)	(13)	(205)
	<u>442</u>	<u>390</u>	<u>134</u>	<u>(58)</u>

14. **Serviços prestados:**

Descrição	31/12/10		31/12/09	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Andres Adler Flores Gonzales	-	25	-	-
Apoio Comunicacion Corporativa SAC	-	248	-	-
Avanzini S.A.	-	40	-	-
Centro Internacional De Capacitacion	-	26	-	-
Clodomiro Landeo Lagos	-	17	-	-
Consultandes S.A.	-	121	-	-
Fernando Huapaya Roggero	-	184	-	-
Grupo Atenea SAC	-	247	-	-
Imagen & Medios SAC	-	172	-	-
Imedia Comunicaciones SAC	-	29	-	-
Instituto Cuanto	-	16	-	-
Jose O. Pablo Bustamante Pardo	-	44	-	-
Norma Rodriguez Yañez	-	44	-	-
Paraca Comunicaciones SAC	-	373	-	-
Sanmartin Soluciones SAC	-	71	-	-
Taufur Rivera Juan Carlos	-	23	-	-
KPMG Auditores	48	48	-	-
SRR Publicidade e Marketing Ltda	129	129	147	147
Igaf Worldwide Brasil	118	118	70	70
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	60	60	-	-
Outros	13	346	10	10
	<u>367</u>	<u>2.380</u>	<u>226</u>	<u>226</u>

15. **Instrumentos financeiros:** A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros basicamente relacionados a aplicações financeiras, as quais têm liquidez diária. Portanto, o valor contábil e de mercado são idênticos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia e sua controlada não efetuaram aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em 2010 e 2009. As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas. A Companhia teve seu Capital Social aumentado mediante emissão de novas ações a seus acionistas, não estando atrelada a nenhum tipo de dívida.

16. **Remuneração dos administradores:** Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15/12/08, a remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia foi fixada em R\$ 2.600. A remuneração paga aos administradores da Companhia em 31/12/10 totalizou R\$ 979 (R\$ 729 em 31/12/09).

17. **Compromissos: Acordo de acionistas.** Os acionistas, mediante aportes de capital próprio, na proporção de suas respectivas participações no capital votante da Companhia, deverão prover os recursos financeiros necessários à Companhia para conclusão dos estudos de viabilidade técnico-econômica para a implantação e exploração do aproveitamento hidrelétrico Inambari. Até a entrada em operação comercial do empreendimento, os acionistas controladas, direta ou indiretamente, por pessoas jurídicas estatais (federais, estaduais ou municipais), não poderão, em conjunto ou isoladamente, deter mais de 49% do capital votante da companhia, de modo que o controle da companhia possa vir a ser detido por essas empresas, de forma individual ou conjunta.

18. **Seguros:** A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e ainda não foi iniciado o contrato de Concessão Definitiva, desta forma os seguros inerentes a construção ainda não foram contratados.

19. **Adoção do IFRS e dos CPCs pela primeira vez.** 19.1. **Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1:** As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31/12/10 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs aplicáveis para o exercício findo em 31/12/10. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31/12/10 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais. A data de transição é 1º/01/09. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

19.1.1. **Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Companhia.** A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva: (a) **Isenção de combinação de negócios.** A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não representou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º/01/09, data de transição. (b) **Isenção do valor justo como custo presumido:** A Companhia optou por não mensurar o imobilizado pelo valor justo em 1º/01/09. (c) **Isenção das diferenças acumuladas de conversão:** A Companhia optou por fixar em zero os ajustes de conversão acumulada de anos anteriores para a data de transição de 1º/01/09. Essa isenção foi aplicada a controlada.

19.1.2. **Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia:** A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva. (a) **Exceção das estimativas:** As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º/01/09 e em 31/12/09 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo"). As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas: • Reversão de ativos e passivos financeiros. • Participação de não controladores.

19.2. **Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/CPCs:** Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição. (a) **Gastos pré-operacionais:** Até 31/12/08, nos temos do BR GAAP antigo a controlada adotava como prática contábil a capitalização de gastos pré-operacionais no grupo de ativo diferido. Gastos pré-operacionais que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, devem ser lançados como despesa imediatamente. Dessa forma, o saldo de R\$ 6 em 1º/01/09 foi eliminado contra lucros acumulados. (b) **Ajuste acumulado de conversão:** Conforme permitido pelo IFRS, a Companhia restaurou o ajuste acumulado de conversão para zero em 1º/01/09. De acordo com o BR GAAP antigo, nessa data, existia uma reserva de conversão negativa de R\$ 15, a qual foi eliminada contra lucros acumulados. O total do patrimônio líquido não foi alterado em virtude do resultado dessa reclassificação.

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**Evandro Roberto Miguel** - Diretor Presidente  
**Fernando Restum Pertusier** - Diretor Técnico  
**Fabio Baldez Machado Gomes** - Diretor Financeiro

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Administradores e Acionistas Inambari Geração de Energia S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Inambari Geração de Energia S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/10 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Inambari Geração de Energia S.A. e sua controlada ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/10 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de

auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inambari Geração de Energia S.A. em 31/12/10, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inambari Geração de Energia S.A. e sua controlada em 31/12/10, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Inambari Geração de Energia S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/09, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 30/04/10, sem ressalvas e com parágrafo de ênfase com relação à recuperação dos valores registrados no investimento e no intangível que depende do sucesso das operações futuras da Companhia e de sua controlada, sendo ambas dependentes do suporte financeiro dos acionistas e/ou terceiros até que as operações se tornem rentáveis. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota 19 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2010. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2009 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2009 tomadas em conjunto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. Rio de Janeiro, 21/02/11. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes - CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ; Guilherme Naves Valle - Contador CRC MG070614/O-5 "S" RJ.